

# GOVERNOS LOCAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS<sup>1</sup>

Elmir de Almeida  
Marilena Nakano  
Marli Pinto Ancassuerd

## RESUMO

*Este artigo objetiva apresentar e analisar os modos como governos de administrações locais de espaço urbano, em anos recentes, vêm desenhando e implementando políticas públicas de educação e escolarização de jovens e adultos. Primeiro, aborda-se as políticas públicas de escolarização de jovens e adultos implementadas por Executivos municipais, entre 1987-2003. Período em que se pode verificar, na Região que serviu de cenário ao estudo, a emergência e coexistência de duas "gerações de políticas": a primeira ancorada na idéia de Estado provedor e a segunda ancorada no princípio da participação social e marcada pela evidente escassez de recursos. Buscou-se, ainda, analisar o lugar que as ações públicas efetivadas ocuparam no interior da organização da educação escolar e a contribuição que deram para garantir a participação social e a constituição de novos atores na esfera pública.*

**Palavras-chave:** governo local; política pública; educação de jovens e adultos

## ABSTRACT

*This article objectives to present and to analyze the manners as governments of local administrations of urban space, in recent years, come drawing and implementing public politics of youths' and adults' education. First, it is approached the public politics of youths' and adults' education implemented by city Executives, between 1987-2003. Period during which we can verify, in the Area that served as scenery to the study, the emergency and coexistence of two "generations of politics": the first anchored in the idea of supplying State and the second anchored in the principle of the social participation and marked by the evident shortage of resources. It was looked for, still, to analyze the place that the executed*

<sup>1</sup> Este artigo resulta das atividades de pesquisa desenvolvidas entre 2003-2006, no âmbito do Projeto Juventude, escolarização e poder local. A investigação foi realizada em sete regiões metropolitanas do país – João Pessoa, Goiânia, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis e Porto Alegre, sob a responsabilidade de uma rede de pesquisadores vinculados a universidades públicas e comunitárias. Em âmbito nacional, a pesquisa foi coordenada por Marília Pontes Sposito (FEUSP) e Sérgio Haddad (PUC/SP) e contou com apoio da FAPESP, CNPq e agências de fomentos locais e regionais.

*public actions occupied inside the organization of the school education and the contribution that it gave to guarantee the social participation and the new actors' constitution in the public sphere.*

**Key-words:** local government; public politics; youths' and adults' education.

## Introdução

As análises críticas formuladas por pesquisadores do campo educacional sobre os modos de agir do governo da União, a partir dos anos da década de 1980, explicitam a configuração de um quadro bi-polar em relação à importância atribuída à educação da pessoa jovem e adulta. Num momento a situação de analfabetismo entre jovens e adultos é compreendida com uma “vergonhosa e secular dívida” a ser resgata, pois tal situação desnuda os padrões de velhas desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira e, portanto, o investimento político na superação do analfabetismo é alçado em “imperativo categórico” (Beiseigel, 1996); em outro momento, sobretudo nos anos da década de 1990, o problema do analfabetismo da pessoa jovem ou adulta é tomado como uma questão política menor e os governos da União desmontam institucionalidades que tinham a responsabilidade por desenhar e desenvolver políticas públicas desta modalidade de educação e, além disso, desloca para outros atores institucionais ou para a sociedade civil a responsabilidade pelo financiamento bem como pela prestação desse serviço público.

Para Beiseigel (1996), por exemplo, nem mesmo as conquistas obtidas no plano formal-legal com a Constituição de 1988, foram capazes de induzir novos modos de agir do governo federal em relação ao enfrentamento do analfabetismo ou da baixa escolaridade entre jovens e adultos brasileiros. Se, por um lado, a Lei maior consagrou o direito à educação básica para todos assim como a obrigatoriedade do Estado pelo seu atendimento público, por outro, os governos dos anos da década de 80 e 90 fizeram tabula rasa de tais preceitos e praticamente se furtaram a cumprir com “os deveres indeclináveis dos poderes públicos.” (Beiseigel, 1996: 1)

Posição similar a de Beisiegel (1996) expressam outros pesquisadores ao avaliarem que em termos de ações de alfabetização ou escolarização de jovens e adultos os governos da União, até 2003, pautaram suas ações no sentido de “pulverizar”, “descentralizar/desconcentrar” a responsabilidade pela condução e coordenação de ações públicas nestas áreas, deixando aos governos estaduais ou locais e à sociedade civil a competência por desenhar e implementar ações que pudessem saldar a dívida histórica acumulada. A configuração de um quadro com tais características permitiu a Sposito e Hadadd (2003) ajuizarem que, mesmo diante do alargamento do direito à educação dos segmentos jovens e adultos ocorrido na segunda metade dos anos da década de 1980, as políticas públicas para esse grupo social foram marcadas por

processos de inclusão precária e marginal, território este particularmente vulnerável à redefinição dos papéis do Estado e das organizações sociais, das fronteiras entre a responsabilidade pública e privada, entre as políticas sociais compensatórias e a filantropia, movimentos estes que informam o comportamento dos agentes públicos governamentais e não governamentais na formação das políticas públicas...” (Sposito e Haddad, 2003: 6)

Neste cenário, assumem relevância estudos e análises centrados nos modos de agir de governos de Executivos municipais, quando direcionados à contemplar os direitos à educação ou escolarização dos segmentos jovens e adultos, pois eles podem explicitar como no plano local tanto as ações eventualmente induzidas pelos governos da União como aquelas engendradas por governos locais gestaram práticas inovadoras e de participação de atores e setores distintos da sociedade civil nos processos de formulação, desenvolvimento e avaliação de políticas públicas para esta modalidade de educação.

Este artigo tem como objetivo oferecer uma contribuição ao mesmo descritiva e analítica sobre atuações de Executivos municipais no campo da educação e escolarização de pessoas jovens e adultas moradoras da região do Grande ABC, no estado de São Paulo. Embora cientes de que as análises aqui apresentadas não se prestam a generalizações, pois se tratam de

iniciativas de esferas locais de poder, elas, contudo, auxiliam no processo de conhecimento sobre como o direito à educação e escolarização de jovens e adultos vem figurando em realidades cidadinas integrantes de região metropolitana do país, em décadas recentes.

### **O local e o regional como cenários de investigação e análise**

As análises que se seguem foram produzidas a partir de estudo de experiências de políticas públicas de educação e escolarização de jovens e adultos desenvolvidas pelos governos locais dos sete municípios que conformam o Grande ABC - Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, territorialidade que espacialmente integra o tecido urbano da Região Metropolitana da Grande São Paulo.

Desde os anos da década de 1980 o Grande ABC vem se deparando com uma intensa mutação no quadro da indústria: muitas empresas migraram para outros espaços do Brasil e outras encerram suas atividades em função das dificuldades encontradas diante das novas exigências impostas pelo processo de reorganização da produção industrial. Essa realidade impacta a composição e estruturação do mercado de trabalho na Região do ABC, havendo uma diminuição significativa do número de trabalhadores no setor industrial assim como a expansão das taxas de desemprego aberto e oculto. Além disso, o ABC viu expandir o número de estabelecimentos do setor de serviços e comércio. No entanto, é preciso ressaltar que esta mutação em andamento não pode ser interpretada como uma diminuição da importância da indústria no ABC, pois é exatamente em função de sua importância que o setor terciário pode se desenvolver e se diversificar em nível regional. (Matteo, Tapia, 2002).

Além da pujança do seu parque industrial, o que de fato vai singularizar a região tornando-a peculiar foi e é a capacidade de agir de seus atores que vincaram no seu espaço-tempo a marca da luta operária. Essa deita suas raízes no nascedouro da própria

indústria, impondo-se contra as péssimas condições de trabalho a que estavam submetidos os operários e contou com forte influência do anarco-sindicalismo (1881–1922). Essa luta se estendeu pelas décadas de 30 a 50, e também foi influenciada pela presença e ação do Partido Comunista Brasileiro - PCB que, além das questões específicas dos trabalhadores da Região, carregava bandeiras nacionais e internacionais contra o capitalismo e pela transformação da sociedade (1928–1948). O fim da década dos 70 e o início dos anos 80 viram surgir o novo sindicalismo no Grande ABC, passando a ser referência de luta, nacional e internacionalmente, em função da capacidade auto-determinação dos seus trabalhadores e da politização das questões do trabalho (Médici, Pinheiro, 1990 *apud* Nakano, 2004, Sader, 1988).

Assim, a Região foi remetida para fora de suas fronteiras em virtude da importância do seu parque industrial e porque passa a ser referência de luta autônoma para os trabalhadores. Contudo, quando se detém o olhar nos pequenos espaços e nos atores locais, percebe-se que a luta operária do ABC, desde sua emergência, veio acompanhada de outras lutas e ações que tiveram como referências espaciais imediatas os bairros, as escolas, as igrejas, as associações. Além disso, também se encontram campos diversos de atuação: o religioso, o de gênero, o de geração, o de raça/etnia, o de meio ambiente, a saúde, a cultura, a política partidária. Assim, outros atores sociais, além dos operários, produzem seus territórios, suas temáticas, suas bandeiras de luta e identidades coletivas: os estudantes, as mulheres, os jovens, os trabalhadores da cultura, os professores, compondo um quadro ímpar, pois heterogêneo e dinâmico (Costa, 1993; Martins, 1994; Vieitez, 1999 *apud* Nakano 2004). Todo esse amálgama de atores e ações compõe hoje a *comunidade cívica* da Região do ABC (Putnan, 1996), não sem a existência de sinais fragilidades e de contradições, pois em seu interior é possível encontrar atores que emergem na cena pública a partir da manifestação de condutas sombrias, a exemplo dos Carecas do ABC, que têm o preconceito como móvel de sua ação e na

EDUCAÇÃO: Teoria e Prática – V.14, nº 26, jan.-jun.-2006, p.113-139.

violência uma forma singular de expressão (Costa, 1993; Nakano, 2004).

Como desdobramentos dessas lutas, em inúmeros espaços e a partir de temáticas diversas e necessidades específicas, os anos da década de 1990 viram surgir no ABC três instituições de âmbito regional, dando à Região concretude institucional. Essa produção tem sido analisada como uma das experiências mais importantes dos últimos tempos porque disputa a produção de soluções para problemas regionais, articulando os sete municípios do ABC e seus múltiplos e distintos atores - tanto aqueles vinculados ao Estado como os que atuam no âmbito da sociedade civil. Essas instituições e os atores que a produziram agiram e agem no sentido de articular os elementos regionais, potencializando-os, na perspectiva do “desenvolvimento endógeno” e também como condição para o estabelecimento de novas formas de relação com os atores externos à Região, os quais tomam decisões que a impactam. (Leite, 2003, Haddad, 2004, Arbix, Zilbovicius, 2002).

Isso tudo não permite afirmar que o ABC seja uma região marcada pela unidade. Ela é também a expressão de desigualdades próprias das economias capitalistas. Assim, a Região agrega o município que ocupa o 1º. lugar no ranking de exclusão social do país, São Caetano do Sul, porque detém os melhores indicadores de qualidade de vida, assim como o município que ocupa o 2.096ª. posição do ranking de exclusão, Rio Grande da Serra (Pochmann, Amorim, 2003 *apud* Nakano, 2004).

Se a unidade e visibilidade adquiridas pelo ABC são tributárias de processos de indução da ordem externa – a indústria e o capital industrial que nele se estabelecem, outros ritmos e forças sócio-políticos internos à Região manifestamente esforçaram-se para a fabricação da idéia do ABC como unidade, tanto material como política e cultural. Na Região, desde meados da década de 80, as administrações locais do ABC contam com governos gestados por partidos progressistas e de natureza democrática, sobressaindo-se o PT em Diadema, Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Em São Bernardo do Campo, desde 1989, tem ocorrido uma alternância de partidos Elmir de Almeida; Marilena Nakano; Marli P. Ancassuerd. Governos locais...

progressistas no governo do Executivo municipal, tais como, PT, PSDB, PPS e PSB. Neste quadro, é possível constatar uma exceção e ela incide sobre São Caetano do Sul que, no Executivo municipal, conta com governos de natureza ideológica conservadora e tradição política de centro-direta, gestados por representantes do PPB, do PFL ou do PTB.

Esta conjuntura histórica regional permitiu que a maioria dos governos das administrações municipais do ABC instituísse novos padrões de interações entre o Estado – na sua dimensão local – e a sociedade, assim como implementassem políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social, a conquista de direitos, a participação social de seus moradores e o alargamento da esfera pública. (Pontual, 2000; Daniel Filho, 2003)

É neste quadro de referências que vemos surgir no Grande ABC desde 1983/4, investimentos públicos efetuados pelos Executivos Municipais nas áreas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio) e do ensino superior que, inequivocamente, têm contribuído para o incremento dos indicadores de escolaridade de distintas gerações (infantil, juvenil e adulta) de cada um dos municípios e da Região. (Almeida, 2001; Nakano, 2004) Apesar dos efeitos impostos por legislações infraconstitucionais que impactaram fortemente a distribuição de recursos financeiros, os governos locais instituíram políticas públicas nos mais diversos setores, financiadas quase que exclusivamente pelos orçamentos municipais. Assim, entre 1987 e 2000, o ABC viu nascer um conjunto significativo de programas, projetos e ações no campo da educação da pessoa jovem e adulta. Tal movimento ancorou-se no princípio ético-político do direito à educação e contra o aligeiramento pedagógico existente nas políticas compensatórias, como a da educação supletiva e nos programas de educação de jovens e adultos gestados pelos governos da União em décadas recentes.

### **As duas gerações de políticas públicas de educação de jovens e adultos no Grande ABC - 1987 a 2000**

EDUCAÇÃO: Teoria e Prática – V.14, nº 26, jan.-jun.-2006, p.113-139.

A Região do ABC, entre 1979 e 1980, foi o palco de ações inusitadas no campo das lutas democráticas em nosso país, quando um conjunto diversificado de atores tomou conta das praças e das ruas, ganhou visibilidade, não como identidades particulares, mas por algo comum que os unia naquele “momento de fusão”: a defesa do direito de fazer greve dos operários e defesa dos direitos de suas lideranças que estavam presas.

As identidades constituídas nos clubes de mães, nos grupos de fábrica, no “sindicalismo autêntico”, nas comissões de saúde, embora mutáveis e mutuamente influenciáveis, permaneceram diversas. Os acontecimentos cruciais, onde se encontraram e que constituíram “momento de fusão”, produziram novas formas de identidade coletiva que criaram referências comuns mais abrangentes e vínculos maiores. Assim se deu basicamente nas greves de 1979-80 [em São Bernardo do Campo]. (Sader, 1988: 312).

Mas, se até este momento permaneciam as identidades singulares, e o “momento era de fusão”, pouco a pouco, elas vão sendo recobertas pela ação sindical e, gradativamente, pela ação partidária. No interior desse processo é que vemos nascer as políticas públicas municipais de educação de pessoas jovens e adultas no ABC, não só como programas estruturados e institucionalizados no interior do Estado, mas *como conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos* (Rua, 1998: 731) e expressão de possíveis conflitos que se manifestam na disputas de recursos e bens, envolvendo um campo de negociação.

Assim, os municípios do ABC, desde 1987, percorreram um caminho no sentido de instituir políticas públicas de educação de jovens e adultos, sendo possível identificar três grandes modalidades de programas, projetos e ações:

- a) Ensino Fundamental e Ensino Médio de educação de jovens e adultos (EJA, SEJA e PROMAC), estruturado no interior do sistema municipal de educação, como uma das vertentes da escola;
- b) Telecurso, Ensino Fundamental- 2º segmento e Ensino Médio, uma reprodução de proposta concebida fora do âmbito municipal, pela Fundação Roberto Marinho, assumida pelo executivo local;
- c) MOVA-Regional e PROALFA, estruturados por atores e setores diversos, do poder público e da sociedade civil, como *ação civil* Elmir de Almeida; Marilena Nakano; Marli P. Ancassuerd. Governos locais...

*pública* para a erradicação do analfabetismo, em alguns casos como a garantia de adultos e jovens cursarem até o 1º segmento do Ensino Fundamental;

A existência dessas três modalidades de política de educação de jovens e adultos não significa que no interior de cada uma delas não haja diferenças. Um olhar mais acurado permite encontrar não apenas três, mas seis modalidades distintas. Os programas, projetos e ações desta natureza variam muito quanto ao nível de atendimento. Além disso, agrupamentos de municípios e mesmo ações comuns, também variam os níveis de atendimento. O Quadro 1 permite dimensionar essa diversidade.

Quadro 1 - Programas de educação de jovens e adultos implementados por governos locais do Grande ABC, por níveis de atendimento, 1987-2000

Município	Programa/ Projeto/ Ação	Nível de atendimento			
		Alfabetização	En. Fundamental 1º segmento	En. Fundamental 2º segmento	Ensino Médio
R. Gde da Serra	MOVA				
S. Caetano do Sul	PROALFA				
Ribeirão Pires	MOVA				
Santo André	MOVA				
	SEJA				
Diadema	MOVA				
	EJA				
São Bernardo	MOVA				
	PROMAC				
	Telecurso				
Mauá	MOVA				
	EJA				

Data-base:2003

O conteúdo do Quadro permite afirmar que na região houve um inquestionável investimento, efetivado por todos os Executivos municipais do ABC, no sentido de erradicar o analfabetismo e, em alguns casos, garantir escolaridade até a 4ª série do Ensino Fundamental às pessoas jovens e adultas. Em torno dessas ações articularam-se diferentes atores da sociedade civil e do executivo local.

EDUCAÇÃO: Teoria e Prática – V.14, nº 26, jan.-jun.-2006, p.113-139.

Dos sete municípios do ABC, seis deles implantaram o MOVA-Regional - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Região do ABC, como uma ação coletiva de combate ao analfabetismo<sup>2</sup>. Simultaneamente a montagem do MOVA-Regional, o Executivo Local de São Caetano do Sul deliberou pela sua não aderência ao Movimento e organizou projeto próprio, denominando-o de PROALFA – Projeto de Alfabetização de jovens e Adultos, ação realizada em parceria com um ator local e coordenado por profissional da administração municipal.

Assim, pode-se dizer que todos os municípios do ABC desenvolvem ações no sentido de erradicar o analfabetismo com políticas relativamente similares. Esse tipo de ação, juntamente com a universalização do Ensino Fundamental, para as crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, e a diminuição substantiva da chegada de novos migrantes para o ABC, especialmente a partir da década dos 80, explicam porque o índice de alfabetização<sup>3</sup>, em todos os municípios do ABC, se aproxima de 1, situação considerada ideal, quando se toma para análise os índices produzidos por Pochmann et al, 2003. (Tabela 1)<sup>3</sup>.

<sup>2</sup>Embora o MOVA-Regional tenha considerado em sua formulação e desenvolvimento questões de âmbito locais e regional, é preciso considerar que a experiência pioneira desenvolvida na cidade do MOVA-São Paulo, desenvolvido na gestão de Luiz Erundina (1989-1992) serviu de contributo à modelagem da experiência em andamento no Grande ABC. Este modo de agir foi considerado como uma política pública porque, atualmente, ela é quase que integralmente financiada com recursos dos orçamentos municipais, bem como as suas coordenações são ocupadas por profissionais do quadro de funcionários das prefeituras.

<sup>3</sup>O “Atlas da exclusão” do Brasil toma como referência cada um de seus municípios. Ao fazê-lo, são trabalhados diversos índices, dentre eles o de escolaridade e o de alfabetização que “quantifica a participação da população no legado técnico-cultural da sociedade. Para isso, apurou-se o tema Conhecimento por meio dos indicadores ‘anos de estudo do chefe de família’ e ‘alfabetização da população acima de cinco anos de idade’”. (Pochmann *et al*, 2003: 17).

“Para interpretar o resultado de cada município brasileiro basta ter em mente duas coisas: 1) o índice varia de zero a um; 2) as piores condições de vida equivalem a valores próximos a zero, enquanto as melhores situações sociais estão próximas de um”. (Pochmann *et al*, 2003: 19).

Elmir de Almeida; Marilena Nakano; Marli P. Ancassuerd. Governos locais...

Tabela 1 - Índice de escolaridade e de alfabetização dos Municípios do Grande ABC e do Brasil, 2000

Municípios do ABC - 2000	Índice de escolaridade	Índice de alfabetização
Diadema	0,600	0,886
Mauá	0,603	0,886
Ribeirão Pires	0,689	0,909
Rio Grande da Serra	0,569	0,866
Santo André	0,754	0,921
São Bernardo	0,769	0,912
São Caetano	0,878	0,949
Brasil	0,455	0,696

Fonte: Atlas da exclusão social no Brasil. Pochmann *et al.* 2003.

Assim, encontramos no ABC a configuração de um campo escolar, forjado por políticas de governos locais, objetivando exclusivamente a educação de jovens e adultos. Os municípios de Diadema, Santo André institucionalizaram Serviços de Educação de Jovens e Adultos - SEJA e o de São Bernardo do Campo implementou o Programa Municipal de Alfabetização e Cidadania – PROMAC. Todos esses programas garantem o 1º e 2º segmentos do Ensino Fundamental a jovens e adultos.

Dentre os municípios que asseguram que jovens e adultos possam cursar até a 4ª série do Ensino Fundamental, no MOVA, como ação civil pública orientada para a erradicação do analfabetismo, estão Diadema, Santo André e Ribeirão Pires. No caso deste último município, esta é a única ação pública destinada a demanda social composta por jovens e adultos não-alfabetizados. Nos demais municípios, o MOVA pode ser considerado complementar aos serviços e programas institucionalizados em período anterior a este Movimento.

O município de Mauá também instituiu um serviço, tal como Diadema, denominado EJA - Educação de Jovens e Adultos, garantindo o Ensino Fundamental e Médio. A última modalidade de ação no campo da educação de jovens e adultos foi formalizada pelo governo local de São Bernardo do Campo que lançou de Projeto de Telecurso, com a finalidade de garantir o atendimento à

EDUCAÇÃO: Teoria e Prática – V.14, nº 26, jan.-jun.-2006, p.113-139.

demanda social para o 2º segmento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Assim, Diadema e Santo André, para garantir o direito social ao Ensino Fundamental combinam dois tipos de políticas: um serviço de educação de jovens e adultos na modalidade escolar e o MOVA. Por sua vez, Mauá garante o atendimento no Ensino Fundamental e no Médio, apenas por meio da institucionalidade de EJA e através do MOVA procura garantir uma aproximação da escola àqueles que se encontravam à margem dela. São Bernardo do Campo, por meio das três políticas - MOVA, PROMAC e Telecurso – garante, de forma complementar, o atendimento à demanda por alfabetização, ensino fundamental e ensino médio.

### Os tempos do ABC, as concepções das políticas de educação de jovens e adultos e o nível de institucionalização

As concepções das diferentes políticas de educação de jovens e adultos na Região do ABC parecem relacionar-se, no momento de seu surgimento, diretamente com as posições político-partidárias daqueles que estavam à frente do governo da cidade. Das posturas ético-políticas dos governos, sobre o direito de jovens e adultos se escolarizarem, também decorre um determinado nível de institucionalização das políticas.

Quadro 2 - Políticas públicas de educação e escolarização de jovens e adultos implementadas por governos locais do Grande ABC, segundo ano de instituição, município e partido político no governo no ano de implantação, 1987 – 2000

Ano de instituição	Política pública	Município	Partido
1987	EJA	Diadema	PT
1988			
1989	SEJA	Santo André	PT
1990			
1991	PAC <sup>4</sup>	São Bernardo do Campo	PT
1992			

<sup>4</sup> PAC – Programa de Alfabetização e Cidadania, de São Bernardo do Campo, instituído em 1991. Elmir de Almeida; Marilena Nakano; Marli P. Ancassuerd. Governos locais...

	EJA	Mauá	PMDB
	PROMAC <sup>5</sup>	São Bernardo do Campo	PSB
1994			
	Telecurso	São Bernardo do Campo	PSB
	MOVA	Diadema	PT
1996			
	MOVA	Santo André	PT
	MOVA	Mauá	PT
	MOVA	Ribeirão Pires	PT
1998	MOVA	São Bernardo do Campo	PSB
1999	PROALFA	São Caetano do Sul	PTB
2000	MOVA	Rio Grande da Serra	PT

Data-base:2003

O Quadro 2 permite verificar que, na década dos 80, foram desencadeadas políticas de educação de jovens e adultos nos municípios de Diadema e Santo André. O governo municipal do município de Diadema, sob a égide do Partido dos Trabalhadores, inaugura, em 1987, a concretização da idéia do direito à escolarização de jovens e adultos que não tiveram acesso à escola ou que dela tivessem sido excluídos. Há aqui uma antecipação daquilo que seria aprovado em 1988 na Constituição Federal, em seu artigo 208, no qual consta o dever do Estado com a educação: “ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria”. Ainda nesta década, na esteira de Diadema, Santo André e São Bernardo do Campo, respectivamente em 1989 e 1991, também instituíram serviços voltados exclusivamente para jovens e adultos. Estas iniciativas devem ser entendidas no quadro das lutas pela democratização que percorreram o País, ao longo da década dos anos 80, e que tiveram na figura de alguns sindicatos e do Partido dos Trabalhadores, com fortes elos entre si, atores centrais. Não sem razão, os dois serviços de educação de jovens e adultos que surgiram em governos petistas estão situados na região do sindicato que ganhou maior visibilidade no cenário nacional, o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e de São Bernardo do Campo e Diadema.

<sup>5</sup> O PROMAC substituiu o PAC.

EDUCAÇÃO: Teoria e Prática – V.14, nº 26, jan.-jun.-2006, p.113-139.

Quando do levantamento de dados empíricos para este estudo no Grande ABC, as ações públicas pesquisadas já estavam consolidadas. Em Diadema o SEJA já contava com 16 anos, em Santo André, 14 anos, e em São Bernardo do Campo, 12 anos. Elas foram desenhadas à luz dos princípios ético-políticos de direitos e cidadania, claramente explicitados no caso de Santo André e Diadema.

Na aquisição dos direitos sócio-políticos que fundam o conceito de cidadania plena de forma que os educandos possam investir na conquista e na ampliação desses direitos. (Objetivos do SEJA – Santo André)

Levar o educando à aquisição do conhecimento, para fazer dele um instrumento de vivência no exercício de sua prática social. (Objetivo de EJA – Diadema)

Na década dos 90, dela excluído o ano 1991 e incluído o ano 2000, foram instituídas políticas de educação para jovens e adultos em todos os demais municípios do ABC e, de forma complementar aos serviços já existentes, em Diadema, Santo André e São Bernardo do Campo, outras modalidades de ações públicas foram gestadas neste campo específico.

O conjunto de políticas instituídas evidencia duas temporalidades nos modos de agir dos governos locais do ABC: dessas iniciativas, uma delas articulada por ações de atendimento ao direito à educação de jovens e adultos e marcadamente escolar; outra conformada por uma ação civil pública de combate ao analfabetismo. Tal realidade permite caracterizar a existência de **duas gerações** de políticas de educação da pessoa jovem e adulta no Grande ABC: a primeira constituindo-se de políticas de escolarização, criadas sob a responsabilidade do Estado e instituídas na estrutura das administrações locais de Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo e Mauá; a segunda marcada pela mobilização e ação de diferentes atores, tanto na etapa de seu delineamento como no processo de sua condução, envolvendo o Estado e a sociedade civil. Na segunda geração de políticas, o Estado e distintos parceiros assumem o compromisso político pela erradicação do analfabetismo entre os segmentos de jovens e adultos.

Elmir de Almeida; Marilena Nakano; Marli P. Ancassuerd. Governos locais...

Ainda em 1993, no interior da vertente escolar, vemos a transformação do PAC-Programa de Alfabetização e Cidadania de São Bernardo do Campo em PROMAC e a criação do EJA no município de Mauá. Essas duas políticas ainda foram concebidas a partir das perspectivas da escolarização e do acesso e posse do conhecimento como direitos sociais, como se pode depreender das concepções que as percorrem.

Contribuir para o desenvolvimento das potencialidades intelectuais e culturais do jovem e adulto, respeitando suas necessidades e revelando seus saberes, viando a promover o acesso a outros conhecimentos... para o exercício pleno da cidadania. (Objetivos do PROMAC – São Bernardo do Campo).

Eradicar o analfabetismo na cidade e incentivar a continuidade nos estudos. (Objetivo do EJA – Mauá).

A partir de 1995, vemos surgir na Região do ABC os Movimentos de Alfabetização - MOVAs, políticas fundadas nos princípios da mobilização e participação da sociedade civil no combate ao analfabetismo de jovens e adultos ainda existente na região. Pode-se dizer que os sete municípios, em 5 anos, adotaram práticas nesse sentido. São Caetano do Sul é o único município que não aderiu ao MOVA, o que não quer dizer que não tenha desencadeado ações similares, pois o PROALFA cumpre a mesma função, conforme pode ser observado na análise das concepções dessas políticas.

Nos sete municípios do ABC, as idéias de direito, cidadania e participação crítica e inserção social percorrem todos os MOVAs locais, bem como o PROALFA. Além dessas características comuns, Santo André e Ribeirão Pires buscam, ainda, relacionar as ações dos MOVAs locais com as questões do mundo do trabalho, assim são propostos objetivos vinculados à “empregabilidade” e à profissionalização.

O grau de institucionalização das políticas permite reafirmar ou não as concepções expressas pelos gestores naquilo que diz respeito ao papel do Estado como também da sociedade civil. Assim, em quase todas as políticas de educação de jovens e adultos da primeira geração pode-se observar a existência de uma instância, formalmente instituída na estrutura das secretarias de

educação, responsável pela política de educação de jovens e adultos. Em Diadema, encontramos a Divisão de Educação de Jovens e Adultos; em Santo André, a Gerência de Educação de Jovens e Adultos; em São Bernardo, a Seção de Educação de Jovens e Adultos. Somente no Município de Mauá as atribuições públicas estão diluídas no interior de um grupo profissional genericamente denominado de Coordenação Técnica.

Já nas políticas da segunda geração pode-se perceber que essa tendência de institucionalização não é marca predominante. Nos municípios em que se configuraram as políticas da primeira geração, há uma tendência de atribuir a responsabilidade da condução do MOVA à mesma institucionalidade responsável pela EJA. A exceção nesse modo de agir reside no município de Santo André, pois nesta localidade o MOVA desde a sua fundação esteve sob a responsabilidade do Departamento de Educação do Trabalho – DET, da Secretaria de Educação e Formação Profissional - SEFP, dando ênfase, por meio desta vinculação, às relações educação e trabalho.

Ainda nas políticas da segunda geração, vamos encontrar o MOVA sendo conduzido por dirigente de creche (Rio Grande da Serra), por professoras de Educação Infantil (São Caetano do Sul) e por um coordenador técnico (Ribeirão Pires), evidenciando uma clara diluição desta política no interior do aparato do Estado.

Estudos mais aprofundados e sistemáticos sobre esta segunda geração de políticas ainda são necessários, pois elas foram desenhadas e implementadas visando a consolidar a idéia de educação como um direito de jovens e adultos na Região do Grande ABC, numa estreita relação com a atuação dos diferentes atores, pois os MOVAs surgem no contexto da discussão sobre os dilemas e perspectivas de futuro para a região do ABC, movimento que deu origem a três instituições marcadas pelo recorte regional - o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC (1990), a Câmara Regional do ABC (1997) e a Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC (1998).

Desta forma, pode-se afirmar que as políticas da primeira geração nascem de um movimento voltado para fora, pela Elmir de Almeida; Marilena Nakano; Marli P. Ancassuerd. Governos locais...



redemocratização do país, pela ampliação dos direitos sociais, com fortes raízes locais; as políticas de segunda geração nascem de um movimento interno, de auto-reconhecimento e re-orientação da identidade regional, pelas mãos de atores sociais e institucionais diversos presentes nos sete municípios do ABC.

### Desenho das políticas de educação de jovens e adultos

Os desenhos das políticas de educação de jovens e adultos guardam estreita relação com o contexto histórico de geração das mesmas e revelam o esforço realizado na Região para manter a qualidade desta modalidade de educação, mesmo quando, proporcionalmente, os recursos são significativamente menores a exemplo dos MOVAs. Tudo isso pode ser depreendido através da análise de inúmeros elementos.

Os programas, projetos e ações foram formulados à luz de determinados documentos, diretrizes e legislações, diferenciando as políticas de primeira geração e as de segunda.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal 8069/90) marcou fortemente a formulação de quase todos os programas, projetos e ações de educação de jovens e adultos dos municípios do ABC, com exceção do MOVA do município de Ribeirão Pires. Interessante notar que um número bastante pequeno de alunos, na faixa etária de 0 a 18 anos, freqüenta os programas, projetos e ações de educação de jovens e adultos, conforme poderá ser visto posteriormente.

Isso revela o impacto do ECA na educação de modo geral e também no âmbito das políticas de educação que atendem os segmentos juvenis e de adultos. Neste caso, o ECA orientou a formulação de todas as políticas de jovens e adultos postas em andamento no ABC, mais do que a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, vigente no período.

Mas, é preciso diferenciar as políticas da primeira geração das de segunda, pois todas aquelas foram formuladas à luz de três legislações básicas: Constituição Federal, LDB e ECA.

O mesmo não ocorreu para o caso das políticas de segunda geração, pois, apesar dessas três legislações terem sido

EDUCAÇÃO: Teoria e Prática – V.14, nº 26, jan.-jun.-2006, p.113-139.

as mais utilizadas, alguns municípios desconsideraram a Constituição Federal e a LDB (Lei 9394/96).

O que se pode depreender disso é que as políticas de primeira geração, por serem fortemente recortadas pela idéia de escolarização formal, tiveram, necessariamente, que se deparar, no momento de sua formulação, com as questões de ordem legal, o mesmo não ocorre com as políticas de segunda geração. Exemplo, desta afirmação seria o MOVA–Ribeirão Pires, pois o governo local do município tomou como base para a sua formulação e execução apenas o Plano Municipal de Educação.

A idéia de escolarização formal que permeia as políticas de primeira geração também pode ser detectada pelo uso do espaço, conforme explicitado na Tabela 5. As ações decorrentes das políticas de primeira geração ocorrem no espaço escolar, geralmente em unidades de ensino criadas e mantidas pelo poder público municipal. As ações derivadas das políticas da segunda geração se apropriam e usam os espaços públicos estatais e aqueles cedidos pela sociedade civil. Uma questão que ainda merece maiores investimentos de investigação é aquela que interroga sobre a natureza do espaço utilizado e como a natureza do mesmo marca positiva ou negativamente as políticas e o seu reconhecimento social.

Tabela 2 - Desenho das políticas de educação de jovens e adultos no ABC, segundo os espaços Utilizados, por geração de políticas

		Espaços utilizados para as atividades						
		Sala de Aula	Assoc. de Moradores	Outros espaços culturais	Igrejas	Residências particulares	Bibliotecas Públicas	Empresas
<b>Políticas de primeira geração</b>								
Diadema	SEJA	x						
Mauá	EJA	x		x			x	
S.André	SEJA	x						
S.B.Camp	PROMAC	x	X		x			
Sub-total		4	1	1	1		1	
<b>Políticas de segunda geração</b>								
Diadema	MOVA		x	x	x	x		x
Mauá	MOVA	x	x	x	x	x	x	x
Rib.Pires	MOVA		x	x	x	X		
R.G.Serra	MOVA	x	x		x	X		
S.André	MOVA	x	x	x	x	X		x
S.B.Camp	Telecurso	x			x			
S.B.Camp	MOVA	x	x		x	x		

Elmir de Almeida; Marilena Nakano; Marli P. Ancassuerd. Governos locais...

S.C.doSul	PROALF A	x		x				
Sub-Total		6	6	5	7	6	1	3
Total		10	7	6	8	6	2	3

Data-base:2003

A organização curricular das diferentes iniciativas, no âmbito das políticas de educação de jovens e adultos, tende a ser diferente de uma tradicional seriação. O Quadro 2 apresenta dados relativos à modalidade de organização curricular das políticas.

Quadro 2 – Organização curricular das diferentes iniciativas de educação de jovens e adultos no Grande ABC, segundo municípios e por geração de políticas

Município	Política	Organização Curricular	Número de fases/ciclos/módulos	Duração de cada fase/ciclo/módulo	Frequência
<b>POLÍTICAS DE PRIMEIRA GERAÇÃO</b>					
Diadema	SEJA	Ciclo	3 a 5	7 a 12 meses	Presencial
Mauá	EJA	s/informação	s/informação	s/informação	Presencial
S. André	SEJA	Ciclo	1 a 2	7 a 12 meses	Presencial
S.B.Campo	PROMAC	Série/termo	8 ou mais	4 a 6 meses	Presencial
<b>POLÍTICAS DE SEGUNDA GERAÇÃO</b>					
Diadema	MOVA	fase	1 a 2	7 a 12 meses	Presencial
Mauá	MOVA	s/informação	s/informação	4 a 6 meses	Presencial
Rib.Pires	MOVA	fase	3 a 5	s/informação	Presencial
Rio G.Serra	MOVA	fase	3 a 5	s/informação	Presencial
S.André	MOVA	fase	3 a 5	s/informação	Presencial
S.B.Campo	Telecurso	Curso/disciplinas	6 a 7	4 a 6 meses	Presencial <sup>6</sup>
S.B.Campo	MOVA	Curso	1 a 2	7 a 12 meses	Presencial
S.C.do Sul	PROALFA	Módulo	2 a 2	7 a 12 meses	Presencial

Data-base:2003

As modalidades de organização curricular adotadas possibilitaram uma maior flexibilidade quanto à forma de trabalho, o que permitiria que ações voltadas para a educação de jovens e adultos se aproximassem das necessidades e interesses desse grupo específico.

Vale ressaltar que dentre as políticas de primeira geração verifica-se a instituição de ciclos – SEJA de Santo André e EJA de Diadema – numa clara incorporação das recentes propostas de organização curricular, de forma a enfrentar a solução de continuidade para a aprendizagem dos alunos, típica na

<sup>6</sup> No Telecurso, não é exigida a frequência do aluno para a eliminação de disciplinas.

EDUCAÇÃO: Teoria e Prática – V.14, nº 26, jan.-jun.-2006, p.113-139.

organização seriada. A duração de cada ciclo/etapa/fase/módulo é indicadora da preocupação com a qualidade do trabalho, uma vez que não se prende às fórmulas aligeiradas da antiga concepção de educação supletiva.

Há que se registrar o avanço conceitual alcançado ao superar a idéia de educação compensatória advinda do ensino supletivo, de caráter emergencial, para uma concepção de educação enquanto direito. (Soares, 2003: 130).

Outro indicador do não aligeiramento das propostas é a característica relativa à frequência. Todas as ações educativas, tanto as de primeira geração quanto as de segunda, são presenciais. Algumas delas estão articuladas com medidas de incentivo à escolarização, de forma a garantir a presença dos alunos, através de vale transporte, vale alimentação e bolsa de estudo. Isso ocorre nos municípios de Santo André – MOVA – e São Bernardo do Campo – Telecurso e PROMAC.

Outra ação de incentivo à escolarização é a da reserva de vagas. Diadema, por meio de uma parceria com a Diretoria de Ensino da rede estadual, garante vaga na escola de opção do aluno do EJA e do MOVA, para a continuidade dos estudos. São Bernardo do Campo também garante vaga no PROMAC e no Telecurso para os alunos portadores de necessidades especiais.

Quanto as formas de avaliação do processo ensino-aprendizagem não se verificou diferenças significativas entre as práticas implementadas nas políticas de primeira e de segunda geração, com exceção dos MOVAs de Rio Grande da Serra e Ribeirão Pires que se restringem a adoção da prova como principal instrumento de aferição do trabalho didático-pedagógico. Mas, quando se trata da instituição de instrumentos, mais uma vez, é no interior das políticas de primeira geração que se encontra maior coerência entre a prática processual de avaliação e seu registro.

Dentre as quatro políticas de primeira geração, três delas adotaram instrumentos próprios para a chamada avaliação processual: dossiê (EJA – Mauá), fichas de acompanhamento (SEJA – Santo André), portfólio (PROMAC – São Bernardo do Campo). Dentre as políticas de segunda geração, encontram-se

instrumentos desta natureza em apenas um caso, dentre os oito programas existentes: pauta de observações, registros e relatórios (PROALFA – São Caetano do Sul).

Outro elemento importante é a certificação. Todas as políticas de primeira geração adotaram a certificação como um dos componentes de seu desenho. Isso não se repete no caso das políticas de segunda geração, pois metade delas não certifica e uma, dentre as oito, certifica fora do processo.

### **Políticas de educação de jovens e adultos – a questão da participação**

Pode-se afirmar que cinco das doze políticas implementadas pelos governos locais dos municípios do Grande ABC recebem recursos financeiros não-estatais. Os montantes dos recursos compõem as dotações orçamentárias dos municípios e, relativo ao espaço onde acontecem as práticas, também é possível depreender que a sociedade civil participa de forma ativa nas políticas de segunda geração. Caracteriza, ainda as políticas desta geração a relação e inter-faces com outras ações, não necessariamente do campo da educação.

As políticas de primeira geração são integralmente mantidas pelos executivos locais, apenas São Bernardo do Campo tem como parceiro a Universidade Metodista de São Paulo. Assim, pode-se afirmar que a implementação dessas políticas tem no Estado o ator central e seu principal agente financiador. Elas compõem a geração de políticas públicas integralmente mantidas pelas administrações municipais, nos moldes do Estado provedor.

Em todos os municípios, as políticas de segunda geração contam com parcerias para a sua execução. Mas, inequivocamente, são os Executivos locais os maiores responsáveis por isso. Todos eles garantem recursos financeiros, cessão de espaço físico (com exceção de Diadema), recursos humanos e assessoria técnica. Isso permite dizer que essas políticas são percorridas pela idéia do direito à educação como dever do Estado. Parece que estas políticas encontram-se a meio

EDUCAÇÃO: Teoria e Prática – V.14, nº 26, jan.-jun.-2006, p.113-139.

caminho entre aquelas totalmente mantidas e executadas pelo Estado, tais como as políticas de primeira geração

A participação mais significativa dos parceiros ocorre na cessão de espaço físico, pois o MOVA conta com salas, inclusive, em residências particulares, o que pode indicar a existência de uma significativa capilaridade desta ação no tecido urbano das distintas localidades.

No que concerne, ainda, à participação da sociedade civil nas políticas de segunda geração a sua presença fica mais diluída quando se trata de suportes tais como recursos humanos e assessoria técnica. Parece se repetir nessas ações públicas, a tradicional ausência da sociedade civil no debate das questões pedagógicas.

Quanto aos recursos financeiros, é necessário diferenciar as políticas de primeira geração das de segunda. Conforme já apresentado no item financiamento, aquelas são financiadas quase exclusivamente, quando não na totalidade, pelo Estado. A participação de outros atores é pouco significativa, pois se restringe a 5% do total dos recursos do orçamento de 2002 dos municípios de Mauá e Santo André.

Diferentemente, nas políticas de segunda geração, pode-se dizer que é significativa a atuação dos atores da sociedade civil, pois do total de parceiros pesquisados, 37,5% deles participam com recursos financeiros. Mas, essa a participação varia de município para município, o que permite agrupá-los em três situações: a) num pólo, aqueles em que os executivos locais arcam com a totalidade ou a maior parte dos recursos financeiros (Diadema e São Bernardo do Campo com 100%, Santo André, com 99%, Rio Grande da Serra, 78,4%); b) numa posição intermediária, aqueles em que há uma divisão eqüitativa entre os atores envolvidos, em termos de participação quanto a recursos financeiros (Ribeirão Pires e Mauá). Neste grupo, encontra-se o único município com recurso federal; c) num outro pólo, aquele em que apenas um ator da sociedade civil arca com a quase totalidade dos recursos financeiros (São Caetano do Sul, 90%).

A participação dos atores no âmbito da formulação das

Elmir de Almeida; Marilena Nakano; Marli P. Ancassuerd. Governos locais...

políticas caracteriza-se de maneira multiforme e se constata situações opostas: aquela em que não há qualquer participação, ficando a formulação da ação pública a cargo do Executivo, de forma centralizada no poder hierarquicamente superior, no gabinete do prefeito, como é o caso de São Bernardo do Campo; no outro extremo, verifica-se a participação de diferentes atores do interior dos executivos locais (da administração superior aos professores) e de atores da sociedade civil. Neste último caso, os municípios produziram espaços públicos para o encontro dos atores, tais como os fóruns populares, as conferências e os conselhos municipais (Mauá e Santo André).

Entre esses pólos há situações diversas: desde aquela em que não há a participação dos atores da sociedade civil - ficando a formulação da ação pública a cargo da equipe técnica da prefeitura, passando ou não pelas diferentes instâncias do setor da administração municipal à qual ela se vincula, incluindo ou não os professores no debate, até a situação em que a formulação fica a cargo da Diretoria de Educação e entidade parceira – caso de São Bernardo do Campo.

Sobre a participação no âmbito da formulação das ações públicas de educação de jovens e adultos, não há diferenças significativas entre as políticas de primeira e de segunda geração. Porém, duas nuances merecem destaques nos casos dos MOVAs de Santo André e Mauá: a) a retirada da administração superior no âmbito da formulação da política, ficando tal responsabilidade a cargo das equipes técnicas do Setor da educação e da sociedade civil. Isso permite supor que nestes casos houve uma diluição do poder no campo dessas políticas; b) a presença da Administração Superior em três das quatro políticas de primeira geração, apontando para uma clara assunção dessas políticas, por aqueles que detêm o poder superior.

Sobre a participação do público destinatário, há diferenças entre as políticas de primeira geração e as de segunda. Naquelas, dentre as quatro examinadas, há três que prevêem a participação do público destinatário na execução, seja por meio de Conselhos e Fóruns (Mauá – EJA), seja na formulação e execução do “Projeto EDUCAÇÃO: Teoria e Prática – V.14, nº 26, jan.-jun.-2006, p.113-139.

político pedagógico da escola” (Diadema – EJA e Santo André – SEJA).

Nas políticas de segunda geração predominam práticas assistemáticas e mecanismos diversos de participação do público destinatário na execução das políticas, tais como fóruns e conselhos, reuniões locais, encontros, seminários. Vale ressaltar que são exatamente essas políticas que nasceram sob a égide da participação, no contexto da discussão sobre a Região.

### **Considerações finais**

Pelo exposto, pode-se afirmar que os governos locais do ABC, nas três últimas décadas, figuraram como protagonistas no tratamento político das questões de educação de jovens e adultos, mobilizando e contratando quadros técnico-políticos e administrativos, bem como lançando mão de recursos financeiros e físicos para operacionalizar um rol de atividades que tem por objetivo contribuir para a efetivação dos direitos à educação desse grupo social.

Assim, é possível afirmar a existência de duas gerações de políticas: as de primeira geração: recortadas pelas idéias direito e do Estado provedor e as de segunda geração marcadas pela participação da sociedade civil, mesmo que de forma pontual, e contando com poucos recursos financeiros.

As políticas de primeira geração estão consolidadas e são marcadas pela integração das mesmas na estrutura administrativa das prefeituras locais, criando melhores condições para a sua permanência e desenvolvimento do que as de segunda geração.

Por fim, verifica-se que as duas gerações de políticas concretizadas no Grande ABC são a expressão cabal do esforço realizado pelos governos locais da Região para garantir o direito à educação aos segmentos jovens e adultos.

As ações levadas a efeito pelos Executivos municipais analisados, pouco contaram – e em muitas vezes nada contaram - com a ação e suportes dos governos da União ou do Estado de São Paulo - de natureza indutiva, colaboradora, cooperativa ou financiadora. Tal constatação permitiria formular a hipótese de Elmir de Almeida; Marilena Nakano; Marli P. Ancassuerd. Governos locais...

que as experiências analisadas, somadas a outras congêneres, desenvolvidas por governos locais de outras regiões metropolitanas do País, se não condensam força suficiente para serem generalizadas para realidade internamente diferenciada do País, elas ao menos indicam um “feixe de possibilidades” que podem contribuir para que o governo da assuma a posição política de formular política pública que, de fato, assegure o direito à educação e escolarização tanto de jovens como adultos não-alfabetizados ou com baixa escolaridade.

### Referências

- ARBIX, Glauco, ZILBOVIVUS, Mauro. **Ajuste local à globalização: um estudo comparativo do investimento estrangeiro direto no ABC e na Grande Porto Alegre**. SEED Documento de Trabalho. Num. 22. Genebra, OIT. 2002.
- ALMEIDA, Elmir de. **Políticas públicas para a juventude em Santo André**: “proposta para uma moderna condição juvenil”. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos. São Paulo, 1996. Disponível em <http://www.educacaoonline.pro.br>. Acesso em: 28/07/2006
- COSTA, Márcia Regina da. **Os “carecas do subúrbio”- caminhos de um nomadismo moderno**. Petrópolis: Vozes. 1993. 234 p.
- DANIEL FILHO, Bruno José. **O orçamento participativo no seu devido lugar: limites colocados por seu desenho institucional e pelo contexto brasileiro – reflexões sobre a experiência de Santo André nos períodos 1989-1992 e 1997-2000**. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- HADDAD, Paulo R. 2004. **Cultura local e associativismo**. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/seminario/apl20.pdf>. Acesso em: 10/09/2006.
- HADDAD, Sérgio & DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, no. 14, p. 108-130, 2000.
- LEITE, Márcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2003.
- MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. **Igreja e Movimento Operário no ABC**. São Paulo: Editora Hucitec; São Caetano do Sul: EDUCAÇÃO: Teoria e Prática – V.14, nº 26, jan.-jun.-2006, p.113-139.

Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul. 1994.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império da República Velha**. São Paulo: HUCITEC; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul. 1992.

MATTEO, Miguel; TAPIA, Jorge Ruben Biton. Características da indústria paulista nos anos 90: em direção a uma city region? **Revista de Sociologia e Política**, no. 18, p. 73-93, jun. 2002.

MÉDICI, Ademir; PINHEIRO, Suely. **1o. de Maio e os principais momentos da luta sindical em São Bernardo: 1902-1990**. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. 1990.

NAKANO, Marilena. **Jovens no encontro de gerações: democracia e laços solidários no mundo do trabalho**. 2004. São Paulo. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

POCHMANN, Marcio; AMORIN, Ricardo (organizadores).. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez. 2003. 223p.

PONTUAL, Pedro de Carvalho. **O processo educativo no orçamento participativo: aprendizados dos atores da sociedade civil e do Estado**. 2000. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

PUTNAM, Robert. D.. **Comunidade e democracia- a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. 1996, 115 p.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: CNPD. **Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas**. Brasília, Ministério do Planejamento, 1998. 2 v.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988. 329 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2002. 384 p.

SILVA, Sergio Luiz de Cerqueira. **Crise e ajuste da indústria da Grande São Paulo – 1980/1993: um estudo do caso da Região do ABC**. 1994. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

SOARES, Leôncio. A formação do educador de jovens e adultos. In SOARES, Leôncio (org.). **Aprendendo com a diferença – Estudos e pesquisas em Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica. 2003. p. 121-141.

SPOSITO, Marília Pontes & HADDAD, Sérgio. **Juventude, escolarização** Elmir de Almeida; Marilena Nakano; Marli P. Ancassuerd. Governos locais...

**e poder local.** São Paulo, FEUSP/PUC-SP. 2003. 19 p. (Projeto de Pesquisa)

VIEITEZ, Cândido Giraldez (organizador). **Reforma Nacional-Democrática e Contra- Reforma: a política do PCB no coração do ABC Paulista - 1956-1964.** Santo André: Fundo de Cultura do Município de Santo André. 1999. 239 p.

Encaminhado em out./2006

Aprovado em dez./2006

---

Elmir de Almeida  
Prof. Dr. do Departamento de Psicologia e Educação da  
Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão  
Preto – USP  
E-mail: elmir@ffclrp.usp.br

Marilena Nakano  
Profª Drª da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do  
Centro Universitário Fundação Santo André  
E-mail: nakanobd@uol.com.br

Marli Pinto Ancassuerd  
Profª Ms. da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras  
do Centro Universitário Fundação Santo André  
Doutoranda em Educação da FEUSP  
E-mail: carmenemarli@uol.com.br

---